

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15409 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06/GT 14/GT 17/GT 18 - Movimentos Sociais, Filosofia, Sociologia, Educação Popular e EJA

INCLUSÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: AS DIFERENÇAS E O MODO DE PENSAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

Karina França de Oliveira - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Jackeline Moura do Carmo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Rafael Christofolletti - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

INCLUSÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: AS DIFERENÇAS E O MODO DE PENSAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

MODALIDADE: Resumo expandido

Resumo:

O presente trabalho apresenta a pesquisa desenvolvida junto ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGEEProf.) da Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho, vinculado a linha de Pesquisa Currículo, Política e Diferença Culturais na Educação. A pesquisa parte de estudos bibliográficos, documentais e de campo, com metodologia intervenção de modo cartográfico, que dispõe de um modo de caminhar do pesquisador com encontro com os participantes e o campo, permitindo um atravessamento dos sujeitos e valorizando os afetos e as relações existentes (Passos & Barros 2015). Os fluxos de construções da pesquisa se constituíram na perspectiva de arranjos micropolíticos a partir da teoria da diferença e ideias dos teóricos pós-estruturalista Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995). O lócus investigativo são duas escolas localizadas na zona leste e norte do município. O tema é considerado relevante por buscar despertar um olhar cuidadoso quanto às diferenças e necessidades específicas das crianças, sendo elas, neuropíticas ou neuroatípicas, valorizando e oportunizando-as maiores participação e interações entre as crianças e com todos que estão a serviço da educação escolar infantil.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Atendimento Educacional Especializado, Crianças e primeira infância.

INTRODUÇÃO

O presente texto faz referência à pesquisa intitulada “Inclusão na primeira Infância: As diferenças e o modo de pensar na política da educação especial em uma escola pública do município de Porto Velho-RO”, que surgiu de questões como de que modo pode ser pensado a organização de ações e práticas educativas na relação de atendimento de crianças, público alvo da educação especial, considerando a ausência do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dispositivo proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (PNEEP-EI), documento criado em 2008, que apresenta o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos

os alunos brasileiros?

O texto aborda narrativas dos dizeres sobre as experiências escolares na primeira infância, com o objetivo principal de investigar as percepções da equipe de professores, equipe gestora e agentes educacionais acerca dos impactos e implicações na prática diária com crianças, público alvo da educação especial, e, problematizar os desafios e dificuldades inerentes à implantação do AEE em unidades escolares no município de Porto Velho.

A pesquisa se constitui com estudos bibliográficos, documentais e de campo, traçando um caminho de triangulação com autores da teoria, normativas vigentes e concepções de educadores acerca das temáticas do estudo. A perspectiva teórica transitou por autores como Kohan (2003) e Leite (2011), que abordam sobre a temática Infância, além de Machado (2017), Mantoan (2003), Sasaki (1998a) e Prieto (2012), que discorrem sobre a Inclusão.

A escolha da temática ocorreu diante da preocupação quanto às especificidades de olhares sensíveis as demandas que esse público de crianças necessita, na perspectiva de vencer barreiras existentes e ideias estratificadas, impostas de seguimentos diversos que, influenciam diariamente na comunidade escolar da rede de ensino. Uma dessas barreiras situada no estudo é a não funcionalidade efetiva da política de educação especial, demonstrada pela ausência de um dos serviços da educação especial, o AEE nas em escolas de educação infantil, dispositivo este constituído pela PNEEP-EI 2008 e regulamentado pelo decreto nº 7.611, de 2011 na intenção de contribuir na organização de promoção da inclusão escolar.

Diante dos estudos, vimos que, no plano macropolítico da garantia do direito à inclusão são enfatizados em vários documentos legais, a exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, é expresso que, “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001), o que ainda não é uma realidade contemplada. Diante do contexto atual vimos que são várias situações que provocam os impasses que dificultam os avanços de transformações sociais.

Neste sentido, visualizarmos que o processo inclusivo está em construção inicial, mesmo que teve início com a Constituição Federal de 1988 e foi se consolidando com novas normativas como o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA) de 199, a Lei de Diretrizes de base da Educação (LDB), com inclusão desse direito em 2013 e outras que vem garantir o direito da criança com promoção integral do desenvolvimento. Entretanto, esse movimento de pensar na inclusão deste as creches requer das escolas novas estratégias, novas organizações metodológicas e novas ações.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa apresenta natureza aplicada intervencionista com procedimentos de estudos bibliográficos, documentais e campo. A perspectiva pesquisa parte

da cartografia de Gilles Deleuze Felix Guatarri (1995) e Passos, Kastrup, Escóssia (2009). Para Passos e Barros (2015, p.18) “[...] A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador, e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação.” Nesta perspectiva a investigação com professoras com a temática segue um plano, um mapa, que se inicia que se modifica e que se experimenta em descobertas do pesquisar cartografando.

As atividades da pesquisa em campo seguiram um roteiro aberto com rodas de conversas, gerando produção de dados através de depoimentos espontâneos, encontros formativos com participação de professores de AEE e especialista da Educação Infantil, infância e práticas pedagógicas inclusivas e a construção do produto educacional que se encontra em fase de produção. O lócus de foi constituído em duas escolas da rede municipal de ensino de Porto Velho, que atende crianças da educação infantil, localizadas na zona norte e zona leste da capital rondoniense.

DISCUSSÕES

O movimento investigativo construiu nos entrelaçamentos de análise das narrativas de educadores acerca das temáticas, normativas, estudos bibliográficos, contribuições dos grupos de pesquisa Diferença e Processo de Subjetivação na Amazônia (DIPSA) e do grupo de estudo esquizoanálise que são grupos existentes desde 2019, que buscam problematizar os processos de subjetivação na contemporaneidade a partir do contexto amazônico. Para isso partimos de concepções do Pós-estruturalismo e da Teoria da Diferença.

Tais contribuições e fluxos produzidos instigaram conexões e movimentos dos fluxos de diferentes olhares que nos permitiram a pensar na inclusão a partir da creche requer da escola novas posturas diante se estratégias, organizações metodológicas que geram novas ações micropolíticas desenvolvidas no cotidiano escolar. Para (Kohan, 2007) neste movimento e conexão possamos encontrar

[...] um novo início para outra ontologia e outra política da infância naquela que não busca normatizar o tipo ideal ao qual uma criança deva se conformar, ou o tipo de sociedade que uma criança tem que construir, mas que busca promover, desencadear, estimular nas crianças e em nós mesmos essas intensidades criadoras, disruptoras, revolucionárias que podem surgir da abertura do espaço, no encontro entre o novo e o velho, entre uma criança e um adulto.” (KOHAN, 2007, p. 97-98)

Neste movimento de reconhecimento, conectividade, relações do espaço educativo que está em constante movimento é que acontecem os agenciamentos a um descolamento de ideias e concepções que vão contribuindo para uma desterritorialização escolar.

RESULTADO

As estratificações, impasses e desafios existentes são vivenciados constantemente no processo de inclusão escolar, e com o estudo da pesquisa foram surgindo pontos que de algum modo nos implicaram a pensar como ainda não havíamos pensado ante. E diante de alguns impasses e desafios, nos postar diferentes. Não podemos deixar de atender de modo

digno nossas crianças e educandos. Portanto, é preciso posicionarmo-nos, enquanto sujeitos que buscam contribuir com o nosso fazer pedagógico, assumindo uma nova postura ética, estética e política. Ou mesmo, enquanto professor militante, como enuncia Gallo (2003).

Um dos resultados que se apresenta é a possibilidade de construção de um produto educacional como um caderno de pistas com sugestão de ações inclusivas não como protocolo, mas, como abertura para reinvenção de pistas a partir das singularidades apresentadas em contexto de inclusão escolar na primeira infância.

Durante a pesquisa e implicados neste movimento coletivo, nos permitiu pensar no reconhecimento do território como espaço de transformação social, espaço este que permite os acontecimentos, proporcionando a criança modo que interagi, conhece a si mesmo e envolve-se com o outro, através da ludicidade e oportunidade oferecida à elas. Assim, percebemos que a escola encontra no início de abertura a novos olhares e novos enfrentamentos de mudanças.

Contudo, nos permitiu a pensar no respeito e valorização de práticas e experiências pedagógicas inclusivas, vivenciadas nestes espaços a partir do pensar sobre o currículo na intencionalidade de experiências .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A travessia para novos caminhos e novos trilhos de pensar e repensar nossas concepções do ser criança, infância e professor nesta etapa de desenvolvimento contínuo, compreendendo e recolhemos que o trabalho realizado nestas unidades de ensino, embora de diferentes modos apresentem conexão significativas de atendimento na perspectiva inclusiva, os educadores demonstram postura de professor militante diante das efetivas práticas e ações inclusivas rompendo modo estratificados e impostos. Neste sentido nos mobilizam a pensar novas questões que continuam a nos mobilizam pensar o não pensado ainda. Qual perspectiva uma escola inclusiva assume quando reforça a medicalização para suas crianças ainda em fase de investigação médica não concluída? O ato de a escola exigir diagnóstico, qual postura ela assume, de incluir ou excluir? Como as famílias de crianças com diagnóstico ou suspeitas de diagnóstico, são implicadas?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, Lei nº 9.394. Brasília, DF: de 20 de dezembro de 1996.

_____.Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____.Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Aurélio

Guerra Neto et al. São Paulo: Ed. 34, 2012. v. 3.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GALLO, Silvio. **Deleuze & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOHAN, Walter Omar. **Infância. Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2005

LEITE, César Donizetti Pereira. **Infância, tempo e imagem: contornos para uma infância da educação**. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v.34, n.68, p.13-28, 2016

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V.A. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. Páginas 31 a 69.